

Trajетórias precursoras da Enfermagem de Reabilitação na Guerra Colonial Portuguesa

Pioneering paths of Rehabilitation Nursing in the Portuguese Overseas War

Trayectorias precursoras de la Enfermería de Rehabilitación en la Guerra Colonial Portuguesa

NUNO MIGUEL CATELA CORREIA , RAFAEL ALVES BERNARDES, PAULO JOAQUIM PINA QUEIRÓS, CARLOS LOUSADA SUBTIL

Nuno Miguel Catela Correia

Universidade Católica Portuguesa, Portugal
nuno.correia@ipleiria.pt
<https://orcid.org/0000-0002-3713-0111>

Rafael Alves Bernardes

Nursing School of Coimbra (ESENFC),
Portugal
rafaelalvesbernardes@esenfc.pt
<https://orcid.org/0000-0003-2110-7483>

Paulo Joaquim Pina Queirós

Nursing School of Coimbra (ESENFC),
Portugal
pauloqueiros@esenfc.pt
<https://orcid.org/0000-0003-1817-612X>

Carlos Lousada Subtil

Universidade Católica Portuguesa (UCP),
Portugal
carloslousadasubtil@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1372-517>

Correo de correspondencia:

nuno.correia@ipleiria.pt

Fecha de recepción: 28/08/2024

Fecha de aceptación: 07/11/2024

Financiación: este trabajo no ha recibido financiación

Conflicto de intereses: los autores declaran que no hay conflicto de intereses

Resumo

Após a Segunda Guerra Mundial, a criação da ONU influenciou movimentos de independência colonial. Portugal resistiu, enfrentando a Guerra Colonial, que influenciou o desenvolvimento da enfermagem de reabilitação. **Objetivo:** Analisar as práticas precursoras de enfermagem de reabilitação na Guerra Colonial Portuguesa. Metodologia: Uso do método histórico para sumula da narrativa histórica. **Resultados:** O desenvolvimento na saúde tornou necessário uma melhor “preparação técnica” através da criação de “Escolas Técnicas de Enfermagem”. No “curso de enfermagem e acção social colonial” eram abordados a “educação física”, “agentes físicos”. Em 1961, o quadro das tropas pára-quedistas passou a incluir enfermeiras. Também nos comandos navais das colónias, nas Alfandegas do Ultramar e nos navios de guerra da Guarda Fiscal, os enfermeiros desempenharam um papel nas “inspeções sanitárias” e colaboração com as Forças Armadas. Em 1963, o quadro de enfermagem do Hospital do Ultramar previa enfermeiros “de fisioterapia” e “especializados em ortopedia, reabilitação...”. À época, em 1964, a conjuntura sanitária conduziu à regulamentação dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar, reconhecendo-se a importância da enfermagem especializada no Ultramar. **Conclusão:** A enfermagem de reabilitação surge em Portugal em 1965 influenciada por todo um contexto prévio a nível social e político que criou novas necessidades de saúde.

Palavras-chave: enfermagem; enfermagem de reabilitação; enfermeiros; Guerra Colonial Portuguesa.



Licencia: este trabajo se comparte bajo la licencia de Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional de Creative Commons (CC BY-NC-SA 4.0): <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

© 2025 Nuno Miguel Catela Correia , Rafael Alves Bernardes, Paulo Joaquim Pina Queirós, Carlos Lousada Subtil

Citación: Catela Correia, N. M., Alves Bernardes, R., Pina Queirós, P. J., Lousada Subtil, C. (2025). Trajetórias precursoras da Enfermagem de Reabilitação na Guerra Colonial Portuguesa. *Cultura de los Cuidados*, (70), 137-152. <https://doi.org/10.14198/cuid.27911>



Abstract

After the Second World War, the creation of the UN influenced movements for colonial independence. Portugal resisted, facing the Colonial War, which influenced the development of rehabilitation nursing. **Objective:** To analyse the precursor practices of rehabilitation nursing in the Portuguese Colonial War. Methodology: Use of the historical method to summarise the historical narrative. **Results:** Developments in healthcare made it necessary to provide better “technical preparation” through the creation of “Technical Nursing Schools”. The “nursing and colonial social action course” covered “physical education” and “physical agents”. In 1961, the staff of the paratrooper troops began to include nurses. Nurses also played a role in “health inspections” and collaboration with the Armed Forces in the naval commands of the colonies, in the Overseas Customs Service and on guard ships. In 1963, the nursing staff at the Overseas Hospital included “physiotherapy”

nurses and “those specialising in orthopaedics, rehabilitation...”. At the time, in 1964, the health situation led to the regulation of the Overseas Health and Assistance Services, recognising the importance of specialised nursing in Overseas Territories.

Conclusion: Rehabilitation nursing emerged in Portugal in 1965, influenced by a previous social and political context that created new health needs.

Keywords: nursing; rehabilitation nursing; nurses; Portuguese Colonial War.

Resumen

Tras la Segunda Guerra Mundial, la creación de la ONU influyó en los movimientos de independencia colonial. Portugal resistió, teniendo que enfrentarse a la Guerra Colonial, que influyó en el desarrollo de la enfermería de rehabilitación. **Objetivo:** Analizar las prácticas precursoras de la enfermería de rehabilitación en la Guerra Colonial Portuguesa. Metodología: Utilización del método histórico para resumir el relato histórico. **Resultados:** La evolución de la asistencia sanitaria determinó la necesidad de una mejor “preparación técnica” mediante la creación de “Escuelas Técnicas de Enfermería”. El “curso de enfermería y acción social colonial” abarcaba la “educación física” y los “agentes físicos”. En 1961, las filas de las tropas paracaidistas pasaron a incluir enfermeras. Las enfermeras también desempeñaron un papel en las “inspecciones sanitarias” y en la colaboración con las Fuerzas Armadas en los comandos navales de las colonias, en el Servicio de Aduanas de Ultramar y en los navíos de guerra de la Guarda Fiscal. En 1963, el personal de enfermería del Hospital de Ultramar incluía enfermeras “fisioterapeutas” y “especializadas en ortopedia, rehabilitación...”. En aquella época, en 1964, la situación sanitaria condujo a la regulación de los Servicios Sanitarios y Asistenciales de Ultramar, reconociendo la importancia de la enfermería especializada en los territorios de ultramar. **Conclusión:** La enfermería de rehabilitación surgió en Portugal en 1965, influenciada por un contexto social y político previo que creó nuevas necesidades de salud.

Palabras clave: enfermería; enfermería de rehabilitación; enfermeros; Guerra Colonial Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Lavinia Dock já em 1920, referia a importância das ciências humanas no livro *A Short History of Nursing*, nomeadamente a história, para a formação e identidade profissional (Dock, 1920).

Os primórdios das atividades, rumos de “fundadoras e pioneiras”, assim como a afirmação progressiva e a profissionalização da enfermagem, foram apresentados por Dock como fundamentais à consciencialização e compreensão do que é ser enfermeiro (Dock, 1920; Oguisso & Campos, 2008).

Após a Segunda Guerra Mundial, foram assumidas algumas medidas a nível mundial, que originaram novas ideias e movimentos, uma delas inerente à constituição da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945. Uma das resoluções da ONU foi relacionada com o princípio da autodeterminação dos povos, reconhecendo o direito das pessoas a escolherem o seu próprio destino político e económico, tendo as colónias passado a reivindicar a independência política e económica dos seus países colonizadores (Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental das Nações Unidas [CRIEONU], 2023). Portugal tardou em acompanhar esses movimentos.

À época, o governo português conhecido por “Estado Novo” era um regime antidemocrático que ainda não era membro da ONU e historicamente soube fazer uso do apoio internacional da Grã-Bretanha e Estados Unidos da América (EUA) e do facto de Portugal ter sido o grande impulsionador dos descobrimentos no século XV tornando-se uma grande potência europeia, tendo desta forma, assumido uma atitude de manutenção das colónias (Fraga, 2014).

Por outro lado após a perda do Brasil no século XIX, as colónias ultramarinas africanas eram encaradas como importantes do ponto de vista económico (Fraga, 2014).

Posteriormente, em 1960, a Assembleia Geral das Nações Unidas, estabeleceu a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais que afirmava o direito de todas as pessoas à autodeterminação, proclamando o fim rápido e incondicional do colonialismo, sendo criada dois anos depois, a Comissão Especial de Descolonização para a sua implementação (CRIEONU, 2023).

À época, já se tinham iniciado as descolonizações do Oriente pelos países europeus que foram lentas e envolveram negociações diversas, dando tempo a movimentos independentistas para se organizarem, entre os quais os africanos (Fraga, 2014).

Pouco tempo depois, em 1961, foi criada a Conferência das Organizações das Colónias Portuguesas, da qual alguns “intelectuais africanos formados em Portugal” da União das Populações de Angola e de outros movimentos das colónias faziam parte, para negociar com o Estado Novo, porém apesar de estarem “montadas as estruturas políticas” o Governo português adotou uma postura rígida e inflexível, não tornando possível qualquer tipo de diálogo ou negociação (Fraga, 2014, p.12).

Neste sentido, Portugal foi o Estado europeu possuidor de colónias que mais tarde procedeu à descolonização (Fraga, 2014).

Assim, na década de 50 e início da década de 60 do século XX, constitui-se uma nova conjuntura sociopolítica em que por um lado Portugal se preparava para lidar com uma previsível instabilidade política e social e por outro lado nas colónias portuguesas africanas se preparava a luta pela sua autodeterminação. Esta conjuntura culminou na previsível e inevitável Guerra Colonial.

Portugal vivenciou assim, entre 1961 e 1974 um período de conflito militar, que opôs as Forças Armadas Portuguesas e os movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique (Cardina, 2020), inicialmente no território de Angola e nos territórios ultramarinos na Índia, porém rapidamente se alargou a outros territórios ultramarinos portugueses como a Guiné Bissau em 1963 e Moçambique em 1964 (Ferreira, 2004).

Este conflito bélico não foi a guerra mais mortífera em que Portugal se envolveu na sua história, porém foi um dos mais longos, sendo “empenhados nas três frentes cerca de 800 mil militares” (Sousa, 2021, p.19), e “ao longo dos treze anos de guerra, Portugal teve empenhado nos três teatros um contingente médio de 105000 efetivos. Registou um total de 8831 mortos, dos quais 4280 em combate, o que significa uma média anual de 384 mortos em combate” (Teixeira *et al.*, 2017, p. 562). De acordo com Sousa (2021, p.98), o número de mortos terá sido superior, cerca de “10425 combatentes”, tendo o número de feridos sido de “117 mil feridos, dos quais 32500 feridos graves que deram origem a 14 mil deficientes”, sendo as minas responsáveis por uma percentagem elevada. As “deficiências graves” foram relativas a amputações (1852), existindo ainda referências a fraturas múltiplas (4233), lesões orgânicas (1620), surdez total ou parcial (432), paraplegias (220), entre outras (Sousa, 2021, p.142-144).

Estas circunstâncias à altura geraram novas necessidades ao país, principalmente ao nível da assistência de saúde nomeadamente aos feridos de guerra, tendo surgido várias mudanças na sociedade portuguesa que contribuíram para o desenvolvimento da enfermagem e da enfermagem de reabilitação.

Desde o início do século XX, que os serviços de saúde portugueses padeceram de uma evolução progressiva, atendendo ao contexto do território que abrangia diversos territórios ultramarinos, tendo-se reconhecido por exemplo em 1902 a necessidade de constituir a “assistência médica na Metrópole, aos funcionários civis e militares que regressavam nas mais deploráveis condições físicas” do “vasto Ultramar”, tendo-se construído o então designado Hospital do Colonial de Lisboa por carta de lei do rei Dom Carlos I em 24 de abril de 1902 (Agência Geral do Ultramar Vol. XLII, 1966, p.79-80).

Será assim necessário, revisitar as fontes documentais referentes ao período prévio à Guerra Colonial e do período da Guerra Colonial, para desocultar/fazer emergir aspetos relacionados com a estrutura e recursos de reabilitação dos soldados feridos e mutilados, no que respeita aos cuidados de enfermagem.

Assim, o objetivo do estudo foi analisar e sistematizar a organização e estrutura do pessoal de enfermagem considerando as práticas precursoras de enfermagem de reabilitação e sua evolução no período prévio e durante a Guerra Colonial Portuguesa.

Colocou-se a seguinte questão de investigação: como se organizaram as práticas precursoras de enfermagem de reabilitação no período prévio e durante a Guerra Colonial Portuguesa?

MATERIAL E MÉTODOS

Metodologicamente, assume-se que o passado não se esgota nas fontes e na passividade do investigador, acabando por ser enquanto discurso uma construção mental do passado, partindo desse passado, apesar de inicialmente fragmentado e disperso nas fontes documentais e leituras bibliográficas, sendo neste processo a ancoragem documental e a obediência à heurística só o princípio (Sardica, 2015, p.77).

Procurar-se-á desta forma construir uma narrativa a partir de um todo disperso e fragmentado, atendendo a que a “especificidade que caracteriza o ofício do historiador deve residir no uso fundamental de documentos, sem os quais não realiza o seu trabalho” (Oguisso *et al.*, 2011, p.113), sendo a pesquisa documental de Portarias e Decretos-Lei (DL) efetuada na base de dados do Diário da República Eletrónico (DRE) de Portugal, e no Arquivo Histórico Ultramarino, procedendo-se a análise qualitativa e interpretativa com recurso ao método histórico para construção do discurso.

Como critérios de inclusão, foram consideradas fontes primárias publicadas entre 1945 e 1966 que se referissem à assistência de enfermagem no Hospital do Ultramar e nas províncias ultramarinas portuguesas. De períodos posteriores foram incluídos a Portaria nº 22641 e o Decreto nº 48917 atendendo à atualização que se procedeu à lotação do comando naval e da Direção Provincial dos Serviços da Marinha de Moçambique no seguimento da legislação aprovada previamente a 1966.

A pesquisa foi realizada de forma independente por dois revisores, que analisaram, selecionaram e classificaram documentos para determinar a qualidade e relevância das fontes (Filho *et al.*, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As baixas na Guerra Colonial Portuguesa não foram muito elevadas, o que demonstrou a “baixa intensidade do conflito”, porém o número de “estropiados” que a guerra provocou foi bastante elevado e desproporcionado em relação ao número de mortos (Fraga, 2014, p.89).

A Companhia de Caçadores Paraquedistas Portugueses foi a primeira força militar a atuar no conflito (Cann, 2017, p.41). Num estudo recente, Stannard e Fortington (2021), referem uma elevada prevalência de lesões em paraquedistas, sendo as lesões mais frequentes no tornozelo, joelho e coluna lombar. Será provável que no período da Guerra Colonial a percentagem desse tipo de lesões fosse ainda maior, tanto que muitos dos feridos mencionados na pesquisa de Sousa (2021), pertenciam à Força Aérea.

No DRE, foram obtidos 30 resultados (tabela 1).

Tabela 1. Distribuição cronológica do número de fontes primárias incluídas no estudo atendendo ao enquadramento legislativo (n=30)

Título	Autor	Ano	Descrição
Decreto n° 34417	Ministério da Colónias	1945	Reorganiza os serviços de saúde do Império Colonial Português
DL n° 43517	Ministério das Finanças e do Ultramar	1961	Cria a Junta Autónoma dos Portos e Caminhos de Ferro do Estado da Índia
Decreto n° 43975	Presidência do Conselho - Secretaria de Estado da Aeronáutica	1961	Altera os quadros do pessoal das tropas paraquedistas
Decreto n° 44309	Ministério do Ultramar	1962	Aprova o Código do Trabalho Rural, para vigorar nas províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor
Portaria n° 19495	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1962	Fixa a lotação do Comando Naval de Angola
Decreto n° 44347	Ministério do Ultramar	1962	Aprova a organização dos serviços da Guarda Fiscal das províncias da Guiné, de Angola e de Moçambique
Portaria n° 19718	Ministério do Ultramar	1963	Estabelece as condições de provimento de lugares do quadro de enfermagem do Hospital do Ultramar
Portaria n° 20253	Ministério do Ultramar	1963	Dá nova redação ao n.º 3.º da Portaria n.º 19718, que estabelece as condições a que fica subordinado o provimento de lugares do quadro de enfermagem
Portaria n° 20441	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1964	Fixa a lotação do Comando da Defesa Marítima da Guiné
Decreto n° 45541	Ministério do Ultramar	1964	Promulga o Regulamento dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar
Decreto n° 45547	Ministério do Ultramar	1964	Institui nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique bolsas de estudo destinadas à formação de técnicos terapeutas para os serviços de saúde e assistência

Título	Autor	Ano	Descrição
Decreto nº 45818	Ministério do Ultramar	1964	Promulga o Regulamento Geral das Escolas Técnicas dos serviços de Saúde e Assistência do Ultramar
Portaria nº 20478	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1964	Fixa a lotação para o Comando Naval de Angola
Portaria nº 20771	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1964	Fixa a lotação para o Comando Naval de Moçambique
DL nº 45908	Ministério do Ultramar	1964	Promulga a reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas
Decreto nº 46048	Ministério do Ultramar	1964	Aprova o Estatuto da Polícia de Segurança Pública de Angola
Portaria nº 21275	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1965	Fixa a lotação para o Comando Naval de Moçambique
Portaria nº 21230	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1965	Fixa a lotação para o Comando da Defesa Marítima da Guiné
Portaria nº 21554	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1965	Fixa a lotação para o Comando Naval de Moçambique
Decreto nº 46448	Ministério da Saúde e Assistência	1965	Introduz alterações ao Regulamento das Escolas de Enfermagem
Decreto nº 46772	Ministério da Saúde e Assistência	1965	Autoriza o Ministro da Saúde e Assistência a dispor anualmente de uma importância da verba das apostas mútuas desportivas para a concessão de bolsas de estudos destinadas à formação ou aperfeiçoamento de pessoal
Portaria nº 22129	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1966	Fixa a lotação para o Comando da Defesa Marítima da Guiné
Portaria nº 21880	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1966	Fixa a lotação para o Comando Naval de Angola
Portaria nº 21937	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1966	Fixa a lotação para o Comando Naval de Moçambique
Portaria nº 21950	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1966	Fixa a lotação para o Comando Naval de Angola

Título	Autor	Ano	Descrição
Decreto nº 47261	Ministério do Ultramar	1966	Regula o provimento das vagas existentes em quaisquer quadros técnicos do ultramar
Decreto nº 47360	Ministério do Ultramar	1966	Aprova o Estatuto da Polícia de Segurança Pública de Angola
Portaria nº 22034	Ministério da Saúde e Assistência	1966	Regula as condições para a formação de pessoal técnico especializado dos serviços de reabilitação
Portaria nº 22641	Ministérios da Marinha e do Ultramar	1967	Fixa a lotação para o Comando Naval de Moçambique
Decreto nº 48917	Ministério do Ultramar	1969	Altera a constituição da lotação da Direção Provincial dos Serviços de Marinha de Moçambique

Em 1945, tendo em conta o desenvolvimento científico ocorrido na área da saúde após a Segunda Guerra Mundial e, por outro lado, o elevado índice de doenças endémicas que “grassavam nas colónias”, o estado publicou o Decreto nº 34417 para reorganizar os “serviços de saúde do Império Colonial Português” (Decreto nº 34417, p.96). O Decreto nº 34417 constitui a primeira legislação sobre a enfermagem para o Ultramar (Ferreira, 1990). À época, e apesar do paradigma da categorização ainda estar bastante vinculado na profissão, começava a existir a preocupação com a pessoa como um todo, tendo em conta o processo de recuperação e readaptação no qual “sem uma enfermagem capaz” não podia “exigir-se dos médicos o cumprimento integral da sua missão”, sendo importante dotar “todos os enfermeiros e enfermeiras” de uma melhoria na sua “preparação técnica” (Decreto nº 34417, p.98).

Foram assim, fundadas primeiro em Lisboa e depois nos territórios ultramarinos “escolas técnicas de enfermagem, para a formação de pessoal feminino”, começando-se a abordar que o ensino de enfermagem devia atender ao “princípio” de ser “ensinado por enfermeiros” e que quando não se encontrassem “competentes na colónia” deviam procurar-se fora, tendo o ensino começado a ministrar-se nos Hospitais Centrais (Decreto nº 34417, p. 98). Na Metrópole a Escola Técnica dos Serviços de Saúde e Assistência Ultramarina surgiu em 1951 em Lisboa, e foi extinta após a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974, que levou ao fim do Império Colonial Português.

Foi neste contexto que foi planeado o “curso de enfermagem e acção social colonial” em 1950 (Ministério das Colónias, 1950).

Nas temáticas específicas, torna-se interessante verificar que eram abordados aspetos inerentes à recuperação como por exemplo na “higiene individual”, os inerentes à “educação física” na aclimação as “condições do trabalho – desporto e repouso”, na Anatomopatologia o sistema muscular, esquelético, cardíaco e respiratório de forma aprofundada, assim como a

respetiva patologia, realçando-se que na Anato-Patologia eram incluídos temas específicos dos “Agentes Físicos: - Hidroterapia – Helioterapia (Raios U.V.) – Kinesioterapia – Mecanioterapia – ginástica Médica – Electroterapia – Ionoterapia – Electro-radiologia – estudo dos aparelhos e seu emprego” (Ministério das Colónias, 1950, p.17).

No programa deste curso é de realçar o papel que era atribuído às técnicas de enfermagem como importantes na recuperação, sendo de realçar as “fricções, compressas quentes, cataplasmas, sinapismos, pinceladas, pontas de fogo, termocautério, ventosas secas” (Ministério das Colónias, 1950).

O curso de enfermagem era exclusivo para preparar os enfermeiros e enfermeiras para o desempenho de funções nas províncias ultramarinas.

Em 1961, aquando do início da Guerra Colonial, foram encontradas denominações para a categoria de “enfermeiro” nas províncias ultramarinas como “enfermeiro de 1ª classe”, “enfermeiro de 2ª classe” e “enfermeiro de 3ª classe” (Decreto nº 43517, p.209-210).

É precisamente também em 1961, após o início da Guerra Colonial Portuguesa que através do Decreto nº 43975, é alterado o quadro do pessoal das tropas pára-quedistas, permitindo que os enfermeiros e enfermeiras pudessem ser equiparados a “militar pára-quedista”, podendo ter as patentes de “tenentes graduados, alferes graduados, sargentos graduados” (Cann, 2017, p.49; Decreto nº 43975, p.1329).

Surgiram desta forma as “enfermeiras paraquedistas”, um grupo composto por 47 mulheres portuguesas seleccionadas entre “126 candidatas” já enfermeiras e que tinham de frequentar formação “militar”, de “pára-quedismo” e “enfermagem” em 9 semanas (Grão, 2006, p.79). Destas, 47, “46 integraram o respectivo quadro orgânico” entre 1961 e 1974, na Guerra Colonial (Grão, 2006, 104).

À época algumas auxiliares de enfermagem e enfermeiras das províncias e do Hospital do Ultramar requereram “admissão ao curso de enfermeiras pára-quedistas” como foi o caso da auxiliar de enfermagem Maria Sarmiento Borges do “quadro” do Hospital do Ultramar (Cavadas, 1963).

Não foram encontradas referências a “enfermeiros de reabilitação” no curso de enfermeiras pára-quedistas, porém a sua intervenção foi fundamental, elevando a probabilidade de sobrevivência dos soldados, e facilitando também a sua posterior recuperação, muitas das vezes com importante contributo da enfermagem de reabilitação. Essa intervenção precoce foi relevante, e tal como refere o Coronel António Tomé em relação à “missão de salvar vidas e de recuperar outros militares maioritariamente do Exército, feridos e gravemente estropiados que lhes ficaram a dever, uns a própria vida e, outros, o regresso à condição de um retomar de vida normal...” (Tomé, 2013, p.518).

Também noutras circunstâncias, os enfermeiros desempenharam um papel importante como o dos diferentes comandos navais, existindo referências a vários nos comandos navais de Angola, Moçambique e da Guiné-Bissau verificando-se sucessivamente um aumento do número de ativos ao longo da década de 60 do século XX (Portarias nº 19495, nº 20441, nº

20471, nº 20478, nº 21129, nº 21275, nº 21554, nº 21880, nº 21937, nº 21950, nº 22641 e Decreto nº 48917).

Neste seguimento, em relação às viagens marítimas, o Decreto nº 44309 de 1962, ratifica o Código do Trabalho Rural nas províncias coloniais, mencionando que as empresas deveriam ter inspeções sanitárias obrigatórias e que, para as viagens marítimas de duração superior a 48 horas, com lotação igual ou superior a 50 trabalhadores, a embarcação só poderia viajar com uma licença que o exigisse, devidamente aprovada por uma comissão própria. Embora não se conheça a composição desta comissão, sabendo-se que integraria representantes das autoridades marítimas e sanitárias e da Inspeção do Trabalho, verificou-se que em relação ao relatório elaborado, para permitir a emissão das licenças tinha de explicitar se a embarcação estava equipada com serviços médicos e de enfermagem.

Também o Decreto nº 44347 se refere às “inpecções sanitárias” nas Alfandegas do Ultramar e nos navios de guerra dos serviços da Guarda Fiscal em que junto dos “comandos dos Corpos da Guarda Fiscal” poderia “funcionar um posto sanitário, servido por um enfermeiro...” (Decreto nº 44347, p.715-717) e que “caso de guerra, estado de sítio ou em outras circunstâncias de emergência...”, poderiam colaborar com as forças armadas (Decreto nº 44347, p.714).

Desta forma, podemos deduzir que os enfermeiros exerciam funções quer nas embarcações, quer ao nível das inspeções sanitárias no trabalho, podendo em caso de guerra serem mobilizados para assistência a feridos civis e militares.

Foi assim, que progressivamente o papel dos enfermeiros foi sendo reconhecido no que respeita ao processo reabilitativo e em 1963, houve um importante reconhecimento dos enfermeiros “de fisioterapia” e “especializados em ortopedia, reabilitação...”, através da alteração no quadro de pessoal de enfermagem do Hospital do Ultramar, nomeadamente pelas Portarias nº 19718 e nº 20253, que indicavam que os lugares existentes e deixados vagos por enfermeiros de 1ª classe, deveriam ser preenchidos por “enfermeira de fisioterapia” e “enfermeiros especializados em ortopedia, reabilitação...” (Correia *et al.*, 2021; Correia *et al.*, 2022; Portaria nº 19718, p.180). Foram assim, eliminados do quadro privativo de enfermagem do Hospital do Ultramar seis lugares de enfermeiro ou enfermeira de 1ª classe e, em sua substituição, foram criados seis lugares de enfermeiro ou enfermeira especializados incluindo os de fisioterapia, ortopedia, reabilitação (Portaria nº 20253).

À época a conjuntura sociopolítica do país, levou a que fosse promulgado o Regulamento dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar em 1964, que reconheceu a importância da enfermagem especializada no Ultramar, atendendo ao “desenvolvimento das províncias” e à necessidade de possuir os “conhecimentos científicos atualizados... indispensáveis à defesa e proteção da saúde, à melhoria das condições fisiológicas da população”, sendo previsto “novos meios de acção” onde se destacavam a assistência “nas consequências da doença, na invalidez e na velhice, na maternidade e na infância, nos acidentes de trabalho e da circulação, nas doenças profissionais, na incapacidade e na recuperação...” (Decreto nº45541, p.73), tendo ficado previsto no artigo 165º no “quadro privativo de enfermagem” de cada província ultramarina no grupo correspondente à “enfermagem especializada” a inclusão de acordo com o artigo 167º “enfermeiros ou enfermeiras-monitores”, “enfermeiras-parteiras” e “enfermeiros ou enfermeiras com outras especializações” (Decreto nº 45541, p.87).

Interessante é que na “província de Macau”, poderia ser permitido entre a população chinesa “o exercício de enfermagem por métodos orientais que a ciência não condene... desde que se mostrem habilitados por escolas ou institutos que a repartição provincial dos serviços de saúde e assistência repute suficientemente qualificados” (Conselho Ultramarino, 1966, p.3; Decreto nº 45541, p.93).

Foi assim, ainda em 1964 que através do Decreto nº 45547 foram instituídas bolsas de estudo em Angola e Moçambique para formação de técnicos terapeutas para os serviços de saúde e assistência devido à necessidade de “criar, instalar e pôr em funcionamento, com urgência, serviços de medicina física e reabilitação em especial nas províncias de Angola e Moçambique”, tornando-se “imprescindível e inadiável preparar o pessoal destinado a servir nos referidos centros de medicina física e reabilitação” sendo possível “deslocação à Metrópole, em comissão, de aperfeiçoamento, pelo período de doze meses, na Escola de Reabilitação de Lisboa” (Decreto nº 45547, p.100).

Este enquadramento permitiu que alguns dos enfermeiros das províncias mais tarde viessem à Escola de Reabilitação de Lisboa para frequentar a formação especializada em enfermagem de reabilitação.

Concomitantemente, e atendendo à falta de profissionais na área, foram programadas várias formações, destacando-se alguns “cursos de adultos” em que eram lecionadas temáticas a um nível mais simples, tal como foi previsto na reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas no curso “Programa das actividades em Saúde Pública” em que eram lecionadas temáticas acerca do “homem e ambiente em que vive – Os agente físicos e naturais” (Decreto Lei nº 45908, p.1112) e a “enfermagem” sendo dada bastante relevância a áreas como a “higiene”, “inalações”, preparação de “água quente, gelo, cataplasmas, tijolos quentes e sacos de areia quente” e à área traumatológica “fracturas”, “entorses, luxações”, “ligaduras improvisadas e lenços” (Decreto Lei nº 45908, p.1113).

Estes cursos teriam a vantagem de consolidar alguns conhecimentos tendo em conta o processo de recuperação, assim como motivar a população para a importância dessa área do conhecimento.

Ainda em 1964, o Decreto nº 46048 aprova o Estatuto da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Angola, juntando os comandos e “quadros do pessoal” da “Polícia de Segurança Pública, polícia privativa dos portos e caminhos-de-ferro e Guarda Fiscal” (p.1665). Ficavam assim os enfermeiros ao serviço da Guarda-Fiscal integrados no “mapa de pessoal” da PSP de Angola (4 enfermeiros de 1ª classe e 18 enfermeiros de 2ª classe), possuindo deveres de “proteger os fracos e os indefesos e promover a prestação de socorros aos doentes e sinistrados” (Decreto nº 46048, p.1667-1669).

As funções desempenhadas pelos enfermeiros na PSP de Angola terão sido bastante importantes na altura, considerando o contexto bélico, a falta de recursos humanos para a assistência de saúde.

Desta forma, o reconhecimento da enfermagem portuguesa foi exponencial na década de 60 do século XX e associado à evolução dos conhecimentos levou a que em 1965, o

ensino de enfermagem passasse a ser controlado apenas por enfermeiros, sendo um importante acontecimento para autonomia e emancipação da profissão, sendo mencionado especificamente nessa “atualização” como alvo da intervenção de enfermagem o “campo da saúde” da “reabilitação” (Decreto nº46448, p.1023).

Para operacionalização dos objetivos estabelecidos para o “campo da reabilitação”, ainda em 1965, o Ministro da Saúde e Assistência aquiesceu a que fosse disposta anualmente uma importância da verba das apostas mútuas desportivas (3000000\$) para a concessão de bolsas de estudos destinadas à “formação ou aperfeiçoamento de pessoal médico, de enfermagem, de reabilitação”, a aumentar gradualmente até 1980 (Correia *et al.*, 2021, Decreto nº 46772, p.1722).

Este decreto foi importante na medida em o Estado forneceu um apoio monetário importante para a formação dos enfermeiros, principalmente na área de especialização de reabilitação com o objetivo de “diminuir as dificuldades de recrutamento de pessoal” que se verificavam (Decreto nº 46772, p.1722).

Foi também em 1965 que a superintendente de enfermagem da Direção Geral da Saúde e Assistência (DGSA) do Ministério do Ultramar Annette Sá Miranda da Ponte, obteve uma bolsa para um estágio de sessenta dias, nos serviços de enfermagem dos EUA em que se apercebeu e dispôs em relatório de diversos aspetos: disposições que regiam a profissão, os requisitos das escolas de enfermagem, tipos de preparação profissional e instituições que os garantiam (Ponte, 1965; Silva, 1966).

Annette Sá Miranda da Ponte verificou que “as escolas” funcionavam “junto dum hospital, duma corporação independente ou duma Universidade” (Ponte, 1965; Silva, 1966, p.3).

Interessante ainda de constatar é que nos “programas de enfermagem”, haviam três tipos, os básicos para “enfermeiras-práticas”, os de “enfermeiras graduadas” e os de enfermeiras de grau universitário possibilitando a obtenção do grau de doutor através de um estudo “em profundidade do ramo de enfermagem especializada, teorias novas e sua prática” (Ponte, 1965, p.13-18; Silva, 1966, p.4).

No seu relatório, Ponte referiu-se aos serviços do Centro de Saúde de *Battle Creek* que era uma instituição centenária, com “fama mundial e... um século de existência”, com vários serviços nomeadamente o de “agentes físicos e terapia ocupacional”, e “programas”, destacando-se o “programa de medicina física e de reabilitação” em que eram tratadas pelas enfermeiras “artrites, paralisias, deficiências circulatórias, enfisemas, situações ortopédias etc...” (Ponte, 1965, p.33; Silva, 1966, p.5).

No seu relatório, menciona ainda que a “maior parte das técnicas e todas as medidas terapêuticas e equipamento para exercício massagem” que tornaram famoso o “Centro” foram criadas pelo Dr. Kellogg, referindo o “banho de luz”, e “os modernos processos clínicos e de reabilitação utilizando o exercício, jogos, dietas, conferências e programas recreativos” (Ponte, 1965, p.25).

Os meios de tratamento recorriam ao “electromiografo, exercícios, ginásio, electroencefalografo, envolvimentos quentes e húmidos, banhos de parafina, actividades recreativas, reuniões periódicas para avaliação de progressos etc...” (Ponte, 1965; Silva, 1966, p.5), sendo ainda utilizado o

dinamómetro do Dr. Kellogg para “avaliação da força dos cinquenta músculos principais do corpo” (Ponte, 1965, p.27), e “mesas, aparelhos de tração etc”, assim como “barras, escadas, rodas e pesos” para os exercícios, sendo que a eletroterapia permitia o aquecimento e estímulo muscular” (Ponte, 1965, p.33).

Em Battle Creek, o regime de tratamento podia incluir ainda além das terapias mencionadas a sauna, massagens, “agulheta”, exercícios habitualmente feitos “à tarde” durante meia hora (“saltos, flexões e extensões”), atividades recreativas (passeios, jardinagem, conferências, badminton, ténis, entre outras e ao final do dia a “marcha... exercício moderado” após o jantar (Ponte, 1965, p.27-28).

O relatório da enfermeira superintendente da DGSA, continha “disposições, vantagens para a uniformidade do ensino” (que tantas preocupações causavam em Portugal), contribuindo para a reforma do programa de ensino de enfermagem em Portugal e “atualização do conhecimento” (Silva, 1966, p.8).

Além da enfermeira Annette Sá Miranda da Ponte, também outras enfermeiras à altura estagiaram nos EUA nomeadamente “Sales Luís e Maria Eduarda Carmona” (Correia *et al.*, 2023, p.12), assim como Maria Isabel Monteiro de Barros (Arruda, 2006).

Nesse período, havia carência de enfermeiros não só na Metrópole mas também no Ultramar, existindo ofícios dirigidos ao Ministro do Ultramar a solicitar o “embarque” de enfermeiros (Silva, 1965).

Foi assim, que considerando a conjuntura bélica, a evolução dos conhecimentos na área da reabilitação, as influências estrangeiras, principalmente as inglesas e norteamericanas (Correia *et al.*, 2023), a carência de recursos humanos no setor da reabilitação e a progressiva emancipação da enfermagem surgiu o reconhecimento político da necessidade de formação especializada em enfermagem de reabilitação e utilizando sobretudo com fundos provenientes das apostas desportivas, a Portaria n.º 22034 de 1966, autorizou a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a criar a escola de reabilitação no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, que possuía “condições únicas” para “serem professados os cursos... para a formação do pessoal técnico especializado em reabilitação” (Portaria n.º 22034, p.1064). Surgiu assim, a partir de 4 de junho de 1966 em Lisboa a Escola de Reabilitação de Alcoitão (ERA), antecedida pelas Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar, e pela formação de “fisioterapeutas”, “terapeutas ocupacionais” e “mecânicos de próteses” (Arruda, 2006, p.24).

Considerando o esforço do governo português em direcionar verbas orçamentais para a formação de enfermeiros de reabilitação, presume-se que alguns seriam incluídos na prática clínica do Hospital do Ultramar como, eventualmente, teriam um papel de assessoria às comissões da Inspeção do Trabalho.

Face ao exposto, e atentando ao que Amzecua (2019) se refere como uma “história da enfermagem tão asséptica quanto possível, livre de distorções, falsidades e falácias” (p.20), considera-se que Guerra Colonial Portuguesa não se resumiu apenas ao conflito militar entre as Forças Armadas Portuguesas e os “movimentos de libertação”, tendo catalisado diversas necessidades que por si só originaram alterações políticas e sociais significativas em Portugal

nesse período que se refletiram na enfermagem em geral e especificamente na enfermagem de reabilitação de forma bastante relevante.

Foi precisamente nesse período que se iniciou a formação especializada em enfermagem de reabilitação impulsionada pela enfermeira Sales Luís (Correia et. al, 2021; Correia et al., 2023).

CONCLUSÃO

O século XX constituiu-se assim, num período de afirmação e consolidação progressiva da enfermagem em Portugal que acompanhou o impulso significativo dos serviços de saúde portugueses, nomeadamente a medicina física e reabilitação e a partir da década de 60 a enfermagem de reabilitação.

Será importante analisar de modo mais aprofundado a informação acerca das Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar nomeadamente nos termos a que se refere o artigo 31º do Decreto nº 45818 do Ministério do Ultramar sobre o curso de enfermagem de reabilitação.

BIBLIOGRAFIA

- Agência Geral do Ultramar. (1966). *Boletim Geral do Ultramar*, XLII nº 497-498. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGU-N497-498&p=1>
- Amzecua, M. (2019). *Cuidados y Sociedad en la España Moderna* (1ª ed.). Granada: Fundación Index.
- Arruda, L. (2006). Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão. História do projecto de Medicina de Reabilitação – Arquitectura e arte. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.
- Cann, J. (2017). *Os Páras em África 1961-1974*. Lisboa: Tribuna da História.
- Cardina, M. (2020). Abandono de la guerra colonial: historia, memoria y política [original en português]. *Revista de História das Ideias*, 38. https://doi.org/10.14195/2183-8925_38_8
- Cavadas, J. Álvares da Cunha. (13 de julho de 1963). Ofício nº O/1.318 da Secretaria de Estado da Aeronáutica. *Arquivo Histórico Ultramarino* referência MU_DGSA_RSH_014, caixa 1.
- Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental das Nações Unidas [CRIEONU]. (2023). *Descolonização*. Recuperado de <https://unric.org/pt/descolonizacao/>
- Conselho Ultramarino. (16 de fevereiro de 1966). Projecto de decreto visando a legalização da situação profissional de enfermagem. *Arquivo Histórico Ultramarino* referência MU_DGSA_RSH_010 caixa 3.
- Correia, N. M. C., Teixeira, J. A. S., Bernardes, R. A., & Queirós, P. J. P. (2021). Formação em enfermagem de reabilitação em Portugal entre 1963 e 2005. *Revista de Enfermagem Referência*, 5(5), e20054. <https://doi.org/10.12707/RV20054>
- Correia, N., Bernardes, R., Parola, V., Neves, H., Gonçalves, A., & Queirós, P. (2022). A Formação sobre a Assistência de Reabilitação na Enfermagem em Portugal de 1881 a 1966 – Enquadramento Legislativo. *Revista Portuguesa De Enfermagem De Reabilitação*, 5(2). <https://doi.org/10.33194/rper.2022.260>

- Correia, N., Bernardes, R. A., Parola, V., Neves, H., Subtil, C., & Queirós, P. (2023). (Contornos da) Formação especializada em enfermagem de reabilitação (1965 - 1987) em Portugal. *Revista Portuguesa De Enfermagem De Reabilitação*, 6(2), e310. <https://doi.org/10.33194/rper.2023.310>
- Decreto n.º 34417, de 21 de fevereiro, do Ministério das Colónias. Diário do Governo n.º 38/1945 I série. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1945/02/03800/00950111.pdf>
- Decreto-Lei n.º 43517 de 25 de fevereiro, dos Ministérios das Finanças e do Ultramar. Diário do Governo n.º 46/1961, I Série. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1961/02/04600/02030210.pdf>
- Decreto n.º 43975, de 21 de outubro, Presidência do Conselho – Secretaria de Estado da Aeronáutica. Diário do Governo n.º 245/1961, I Série. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1961/10/24500/13281329.pdf>
- Decreto n.º 44309, de 27 de abril, do Ministério do Ultramar. Diário do Governo n.º 95/1962, 1.º Suplemento, I Série. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1962/04/09501/05790613.pdf>
- Decreto n.º 44347, de 14 de maio, do Ministério do Ultramar. Diário do Governo n.º 109/1962 I série. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1962/05/10900/07140726.pdf>
- Decreto n.º 45541, de 23 de janeiro, do Ministério do Ultramar. Diário do Governo n.º 19/1964 I série. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1964/01/01900/00730095.pdf>
- Decreto n.º 45547, de 25 de janeiro, do Ministério do Ultramar. Diário do Governo n.º 21/1964 I série. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto/45547-469454>
- Decreto-Lei n.º 45908, de 10 de setembro, do Ministério do Ultramar. Diário do Governo n.º 213/1964, I Série <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/45908-1964-537580>
- Decreto-Lei n.º 46772 de 20 de dezembro de 1965, Ministério da Saúde e Assistência - Gabinete do Ministro. Diário do Governo n.º 287/1965, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/46772-1965-508198>
- Dock, Lavínia. (1920). *A short history of nursing from the earliest times to the present day*. Arquivo Online U.S. National Library of Medicine <https://archive.org/details/53730070R.nlm.nih.gov/page/n3/mode/1up>
- Ferreira, J. José Brandão. (2004). A Importância do Ultramar para a Economia Nacional. *Revista Militar*. Janeiro de 2004. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/373>
- Brandao-Ferreira, J.J. (1990). *História dos serviços de saúde e da saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Filho, A., Fortes, F., Queirós, P., Peres, M., Vidinha, T., & Rodrigues, M. (2015). Trajetória histórica da reforma psiquiátrica em reforma psiquiátrica em Portugal e no Brasil [original em português]. *Revista de Enfermagem Referência*, 4(4), 117-125. <https://doi.org/10.12707/RIV14074>
- Fraga, L. (2014). *A Guerra Colonial: 1961-1974*. Universidade Autónoma de Lisboa: Repositório Institucional Camões. <http://hdl.handle.net/11144/653>
- Grão, L. (2006). *Enfermeiras Pára-quadistas: 1961-2002*. Lisboa: Prefácio.
- Ministério das Colónias. (1950). Curso de Enfermagem e de Acção Social Colonial. Arquivo Histórico Ultramarino referência PT/AHU/MU-GM/062/AMU01984.01 Cota atual AMU 01984.01 - S02-0127.
- Oguisso, T. & Campos, P.F. (2008). Humanidades, história e enfermagem. *Temperamentum Revista Internacional de Historia y Pensamiento Enfermero* 8. Recuperado de <https://www.index-f.com/temperamentum/tn8/t1408p.php>
- Cianciarullo, T. (org.). (2011). *Pesquisa em história da enfermagem* (1ª ed.). Barueri: Manole. Portaria n.º 19495 de 10 de novembro. Diário do Governo n.º 259/1962. Ministérios da Marinha e do Ultramar. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/19495-1962-156236>

- Portaria n.º 19718, de 19 de fevereiro, do Ministério do Ultramar. Diário do Governo n.º 42/1963, I Série. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1963/02/04200/01800180.pdf>
- Portaria n.º 20253, de 27 de dezembro, do Ministério do Ultramar. Diário do Governo n.º 303/1963, I Série. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1963/12/30300/21562156.pdf>
- Portaria n.º 22034 de 4 de junho de 1966. Diário do Governo n.º 131/66-I Série. Ministério da Saúde e Assistência. <https://dre.pt/application/file/a/471620>
- Ponte, Annette Sá Miranda de. (1965). Relatório de estágio efetuado nos Estados Unidos da América do Norte. Arquivo Histórico Ultramarino referência MU_DGSA_RSH_010 caixa 1.
- Silva, Mário Augusto de Andrade. (23 de novembro de 1965). Ofício n.º 7854. Arquivo Histórico Ultramarino referência MU_DGSA_RSH_010 caixa 1.
- Sardica, J.M. (2015). *Verdade e Erro em História*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Silva, J. (26 de janeiro de 1966). Informação n.º 128. Ministério do Ultramar, DGSA. Arquivo Histórico Ultramarino referência MU_DGSA_RSH_010 caixa 1.
- Sousa, P. (2021). *Os Números da Guerra de África*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Stannard, J., & Fortington, L. (2021). Musculoskeletal injury in military Special Operations Forces: a systematic review *BMJ Mil Health*;167:255–265. <http://dx.doi.org/10.1136/bmjmilitary-2020-001692>
- Teixeira, N.S. (coord), Monteiro, J, & Domingues, F. (2017). *História Militar de Portugal* (1ªed.). Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Viana de Almeida-Tomé, A.J. (2013). As Enfermeiras Pára-quedistas em acção na Guerra do Ultramar. *Revista Militar* n.º2536, 517-526.